

Analise de Risco

1. Objeto:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais pedagógicos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação.

2. Fundamentação técnica da análise de riscos

2.1 Base Legal

A presente Análise de Riscos fundamenta-se:

- a) No princípio do planejamento das contratações públicas;
- b) Na obrigatoriedade de gestão de riscos prevista na Lei nº 14.133/2021;
- c) Nas boas práticas de governança e controle da Administração Pública;
- d) Na necessidade de assegurar eficiência, economicidade e continuidade do serviço educacional.

2.2. A gestão de riscos visa identificar, avaliar e tratar eventos que possam comprometer:

- a) A legalidade do procedimento;
- b) A seleção da proposta mais vantajosa;
- c) A execução adequada da Ata de Registro de Preços;
- d) O atendimento regular das unidades escolares.

3. Critérios da Análise de Risco

Escala adotada:

Probabilidade (P): Baixa (1) | Média (2) | Alta (3)

Impacto (I): Baixo (1) | Médio (2) | Alto (3)

Nível de Risco = Probabilidade x Impacto ($P \times I$):

1-2 → Baixo

3-4 → Médio

6-9 → Alto

4. Planilha de Risco

Nº	Risco Identificado	Causa	Consequência	P.	I.	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
1	Superestimação ou subestimação da demanda	Falta de levantamento técnico adequado	Falta ou excesso de materiais	2	3	6 (Alto)	Levantamento com base em consumo histórico e planejamento anual	Remanejamento entre unidades / nova adesão	Setor de Planejamento
2	Atraso na entrega	Problemas logísticos do fornecedor	Prejuízo ao calendário escolar	3	3	9 (Alto)	Exigir cronograma e penalidades contratuais	Aplicação de sanções e convocação do próximo colocado	Fiscal do Contrato

3	Fornecimento de materiais fora das especificações	Descrição técnica incompleta	Rejeição do material e retrabalho	2	3	6 (Alto)	Termo de Referência detalhado	Recusa formal e substituição imediata	Comissão de Recebimento
4	Registro de preços com valores acima do mercado	Pesquisa de preços insuficiente	Dano ao erário	2	3	6 (Alto)	Pesquisa conforme IN vigente e banco de preços	Revisão do processo antes da homologação	Setor de Compras
5	Descontinuidade de fornecedor	Problemas financeiros da empresa	Interrupção no fornecimento	2	2	4 (Médio)	Exigir qualificação econômico-financeira	Convocação de remanescentes	Comissão de Licitação
6	Baixa qualidade dos materiais	Critério apenas de menor preço	Comprometimento do uso pedagógico	2	3	6 (Alto)	Definir padrões mínimos de qualidade	Aplicar penalidades e substituir fornecedor	Fiscal do Contrato
7	Uso inadequado da Ata de Registro de Preços	Falta de controle interno	Irregularidades administrativas	1	3	3 (Médio)	Controle de saldo e vigência	Auditoria interna	Controle Interno
8	Não adesão dos fornecedores à Ata	Desinteresse ou erro de planejamento	Frustração do processo	1	2	2 (Baixo)	Estudo de mercado prévio	Nova licitação	Setor de Compras

5. Análise qualitativa dos principais riscos

5.1. Riscos Críticos (Nível Alto)

- a) Atraso na entrega
- b) Fornecimento fora das especificações
- c) Falha na estimativa de demanda
- d) Registro de preços acima do mercado
- e) Baixa qualidade dos materiais

5.2. Esses riscos impactam diretamente:

- a) O calendário escolar
- b) A execução das atividades pedagógicas
- c) A legalidade da contratação
- d) A eficiência do gasto público

6. Medidas de mitigação e controle

- a) Elaboração de Termo de Referência detalhado
- b) Pesquisa de preços robusta e documentada
- c) Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- d) Definição clara de critérios de qualidade
- e) Designação formal de fiscal de contrato
- f) Previsão de penalidades na Ata
- g) Controle rigoroso de saldo da Ata de Registro de Preços
- h) Planejamento anual integrado com as unidades escolares

7. Monitoramento

7.1. A gestão de riscos deverá ser acompanhada:

- a) Durante a fase interna da licitação
- b) Na formalização da Ata
- c) Durante toda a vigência da Ata (até 12 meses)
- d) Por meio de relatórios periódicos do fiscal

8. Conclusão

A contratação por Registro de Preços para materiais pedagógicos apresenta riscos operacionais e administrativos relevantes, principalmente relacionados a:

- a) Planejamento da demanda
- b) Qualidade dos produtos
- c) Cumprimento de prazos

Contudo, mediante planejamento adequado, especificação técnica clara, fiscalização eficiente e aplicação das disposições da Lei nº 14.133/2021, os riscos são **administráveis e mitigáveis**, garantindo eficiência, economicidade e continuidade do serviço público educacional.

Porto Murtinho – MS 03 de Março de 2026.

NOME	CARGO	ASSINATURA
CLAYTON CASTILHO GOMES	Secretário Municipal Adjunto de Educação DECRETO Nº 17.020/2026	